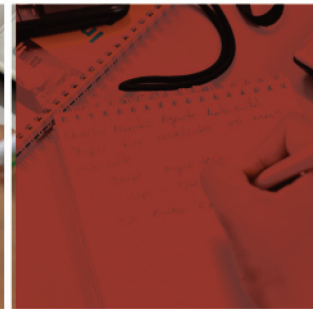
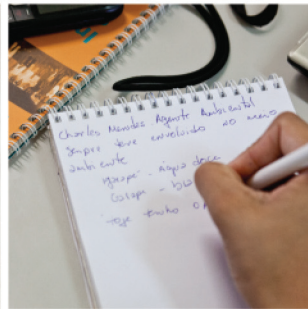
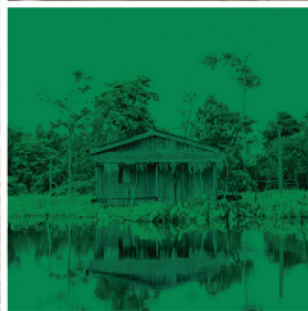
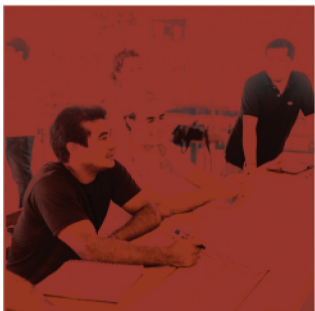




Relatório de atividades

Índice

Entrevista com o diretor	03
Perfil Institucional	07
Resumo	07
Novo ciclo de planejamento	08
Histórico	09
Linha do tempo	09
Mapa de atuação	12
Atuação por territórios	13
Marajó	14
Salgado Paraense	17
Amapá	20
Belém Ribeirinha	22
Temas prioritários	24
Impactos de grandes empreendimentos	25
Diagnósticos socioambientais	28
Cadeias de valor	28
Criança e adolescente	31
Energia apropriada	31
Informações Institucionais	32
Governança e equipe técnica	32
Comunicação	35
Produção de Conhecimento	35
Parcerias	36
Mobilização de recursos	36
Demonstrativos financeiros	38

Entrevista

Panorama



Instituto Peabiru
João Meirelles

O biênio de 2012 e 2013 representa o período mais dinâmico e marcante na história de mais de 16 anos do Instituto Peabiru. Isto porque ampliou-se, de forma planejada, o conjunto de ações transformadoras com as comunidades rurais do Pará e Amapá, em regiões pouco assistidas por políticas públicas.

O maior desafio para uma organização da sociedade civil é manter suas ações a longo prazo, evitando as eventuais interrupções, em função da natureza dos financiamentos disponíveis.

Este é o tom da entrevista com o Diretor Geral da instituição, João Meirelles Filho, que comenta, em linhas gerais, o que significaram os últimos dois anos na entidade.



“Há a necessidade de mudanças imediatas no paradigma atual de desenvolvimento econômico que vigora na Amazônia.” João Meirelles, diretor geral do Instituto Peabiru

Os anos de 2012 e 2013 foram de desafio para o Instituto Peabiru?

Exato. E mais do que isso, foi um período de superação. Todos os colaboradores se envolveram na consolidação da nossa participação nos territórios em que atuamos. Além disso, pudemos constatar que qualquer pessoa é um captador de recursos. Isso porque a equipe do Instituto Peabiru se mostrou dedicada na elaboração de projetos que pudessem garantir a continuidade da nossa presença nos territórios no Marajó, no Salgado Paraense, ou em temas como a palma (dendê) e as abelhas nativas.

Neste sentido, como se deu esta continuação das atividades nos territórios?

De diversas maneiras. A principal é a consolidação da nossa posição de compromisso de longo prazo com os grupos sociais locais com os quais atuamos. São, na maioria, associações e grupos locais de povos e comunidades tradicionais, em geral em áreas de difícil acesso e sem os direitos básicos garantidos.

Quais foram as principais transformações nos últimos dois anos facilitadas pelo Instituto Peabiru junto às comunidades beneficiadas?



Se dermos um giro pelas regiões em que trabalhamos, veremos que no Marajó a prioridade para fortalecer os grupos sociais já organizados foi acertada e que com estes grupos construímos propostas de ação conjuntas, como o Marajó Viva Pesca, em Curralinho. Em Curuçá, no Salgado Paraense, os resultados das Fase II do Projeto Casa da Virada demonstram que se trata de uma região ambientalmente ameaçada e de que maneira os grupos organizados podem aumentar o controle social. Na agricultura familiar relacionada à palma, os jovens pesquisadores socioambientais demonstraram grande capacidade de refletir sobre suas vidas e o impacto da cultura da palma e sobre como resolver seus principais desafios. São aprendizados importantes para nós e as comunidades.

Qual o desafio do Instituto Peabiru para os próximos anos?

Acredito que o maior desafio seja manter uma estrutura técnica capaz de realizar ações transformadoras, em parceria com os grupos locais e instituições de ensino e pesquisa e, ao mesmo tempo, gerar conhecimento a partir deste aprendizado e influenciar políticas públicas relacionadas.

E quais seriam as mudanças necessárias para gerar estas transformações?

Na visão do Instituto Peabiru, há a necessidade de mudanças imediatas no paradigma atual de desenvolvimento econômico que vigora na Amazônia. Um modelo econômico sustentável deveria se basear na conservação dos recursos

“Acredito que o maior desafio seja manter uma estrutura técnica capaz de realizar ações transformadoras”, João Meirelles.

naturais e da biodiversidade, no respeito aos direitos básicos, na efetiva participação das comunidades na tomada de decisão acerca de suas vidas e uso e manejo de seus recursos. Enfim, num modelo de baixo impacto e alta capacidade de inclusão e conservação.

O Instituto Peabiru teria que papel, neste ponto?

Como organização, o Instituto Peabiru vê-se como facilitador de processos de desenvolvimento socioambiental, seja para comunidades, organizações da sociedade civil ou empresas. Atua por meio de processos participativos de pesquisa,

reflexão e tomada de decisão, respeitando o tempo das comunidades.

Como se dá de fato o processo participativo?

É a metodologia utilizada pelo Instituto Peabiru, que parte de um abordagem participativa com foco nos princípios da pesquisa-ação. Ela permite maior apropriação por parte dos grupos beneficiários envolvidos ao formar uma visão crítica acerca do contexto no qual se inserem, de como é possível exigir direitos básicos e como agir de forma protagonista, visando a transformação de sua realidade, além de contribuir para uma formação política.



Instituto Peabiru

Perfil



Resumo do Instituto Peabiru

Com dezesseis anos de atuação e sede em Belém, Pará, o Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) dedicada à Amazônia, mormente ao Pará e ao Amapá.

Vemo-nos como facilitadores de processos de desenvolvimento social, seja para povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, organizações da sociedade civil ou empresas.

Atuamos por meio de processos participativos de pesquisa, reflexão e tomada de decisão, respeitando o tempo das comunidades.

Nosso público preferencial são as comunidades rurais, especialmente populações extrativistas e agricultores familiares.

Nos últimos anos, o Instituto Peabiru vem trabalhando para consolidar as ações transformadoras nas localidades em que atua.

Novo ciclo de planejamento (ainda em fase de finalização)

No final de 2013, o Instituto Peabiru iniciou seu 3º ciclo de planejamento estratégico visando o período de 3 anos entre 2014 e 2016. Para este triênio, o Instituto Peabiru visa consolidar a sua ação nos territórios do Amapá, do Salgado Paraense, do Marajó e da Belém Ribeirinha, assim como atuar dentro de temas prioritários, listados ao longo deste relatório.

Entre os principais pontos desta atuação estão:

- Fortalecimento do tecido social;

- Proporcionar maior visibilidade às causas socioambientais das regiões de atuação;

- Aumentar a capacidade de influenciar políticas públicas;

- Priorizar a geração e a difusão de conhecimento científico a partir de seu aprendizado;

- Acompanhar temas prioritários nos territórios, entre os quais se destacam: a) Segurança fundiária; b) Acesso a recursos naturais e conservação da biodiversidade; c) Cadeias de valor da sociobiodiversidade – meliponicultura (criação de abelhas nativas), açaí, andiroba e pesca artesanal; e, recentemente d) Acesso a água e energia.

Missão (em avaliação)

Nossa missão é facilitar processos de fortalecimento da organização social e da valorização da sociobiodiversidade para que as populações extrativistas e os agricultores familiares da Amazônia sejam protagonistas de sua realidade.

Visão (em avaliação)

Até 2017, o Instituto Peabiru consolidará sua atuação em seus quatro territórios prioritários – Salgado Paraense, Amapá, Belém Ribeirinha e Mesorregião do Marajó –, e será referência por sua abordagem no processo de fortalecimento da organização social.

Histórico

Com 16 anos de existência, o Instituto Peabiru foi criado em 1998 em São Paulo e desde 2004, há dez anos, tem sua sede em Belém, Pará.

Linha do Tempo

1998 – Fundação do Instituto Peabiru de Ecoturismo como uma ONG voltada ao ecoturismo, educação ambiental e esportes de natureza. Sede em São Paulo (SP).

1998 – Apoio na gestão do Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB) e participação na criação da Associação Brasileira de Captadores de Recursos.

1999 – Início do apoio da Fundação Avina para que o Instituto Peabiru capacite organizações da sociedade civil em captação de recursos.

2000 – Apoio à implementação de Parques Ecoturísticos – da Bodoquena, em Bonito (MS), da Pedra do Baú, em São Bento do Sapucaí e das Neblinas, em Bertioga (SP).

2004 – Sede do Instituto Peabiru se muda para Belém (PA).

2005 – Primeiras ações na Belém Ribeirinha (PA), com o Movimento de Mulheres das

Ilhas de Belém (MMIB).

2005 em diante – Parcerias com a iniciativa privada – entre as quais com as empresas Alcoa, Natura, Petrobras, Sambazon e Albras.

2006 em diante – Realização de cursos e palestras sobre o terceiro setor (Observatório do Terceiro Setor). Produção de obra sobre mobilização de recursos e participação na organização de congressos sobre mobilização de recursos na região.

2006 e 2007 – Primeiros trabalhos nos territórios: em Curuçá (Casa da Virada), no Salgado Paraense; no Amapá, com quilombolas para a criação de abelhas nativas; com a Agropalma, no Nordeste Paraense; e em Monte Alegre (PA).

2007 – Estabelecem-se as primeiras parcerias internacionais – com o The Royal Tropical Institute (Holanda), International Social Studies Institute (ISS)(Holanda), entre outros.

2008 a 2013 – Atuação no Conselho de Ética do Fórum Amazônia Sustentável.

2009 – Identificada a Floresta Amazônica Atlântica, como resultado da pesquisa promovida pelo projeto Casa da Virada. Criança Esperança apoia a educação ambiental em Curuçá. Início do projeto de indicadores de sustentabilidade com a agricultura familiar no dendê, com a Agropalma.

2009 – Instituto Peabiru realiza o 1º ciclo de planejamento estratégico. A prioridade passa a ser a transformação de comunidades rurais tradicionais.

2009 a 2013 – Diagnósticos socioambientais em parceria com empresas como Amata, Biofílica, Petrobras

Biocombustível e Vale.

2010 – Nasce o Programa Viva Marajó, inicialmente para apoiar a criação da Reserva da Biosfera Amazônia-Marajó, a convite do Fundo Vale.

2010 em diante – Ampliação do projeto de abelhas nativas para os grupos indígenas do Oiapoque (AP) e comunidades rurais de Monte Alegre e Almeirim (PA).

2011 – Inicia-se a parceria com o Colegiado Territorial do Marajó (CODETEM) com quem se posiciona sobre questões essenciais (fundiária, educação) e elabora propostas para a região.

2011 – Primeiro grande documento científico do Instituto Peabiru – Escuta Marajó – Diagnóstico



Projeto Casa da Virada, realizado em Curuçá (PA), identificou a Floresta Amazônica Atlântica, em 2009. Na foto, jovens beneficiados pelo projeto.

Em 2013

Instituto Peabiru é convidado pela UNICEF a participar de seu projeto – Selo UNICEF Município Aprovado – para os 9 estados da Amazônia.

Socioambiental do Marajó, discutido amplamente na região e que revisa as principais políticas públicas do Marajó

2011 – Em parceria com o Fórum Amazônia Sustentável, Avina, GTA e diversas organizações contribui ao organizar reunião preparatória para a Rio+20.

2012 – Início do monitoramento do impacto da monocultura do arroz no Marajó em parceria com a Igreja Católica, CODETEM e movimentos sociais.

2012 - Aprovação do Projeto de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) do açaí e da andiroba no Marajó, financiado pelo PNUD e MMA, elaborado em parceria com CODETEM.

2012 – Primeiras iniciativas relacionadas a energia apropriada, em parceria com o IDEAAS.

2013 – Convidado pela UNICEF a participar de seu projeto – Selo UNICEF Município Aprovado – para os 9 estados

da Amazônia.

2013 – Conclusão da Fase II da Casa da Virada, apoiada pela Petrobras, e início do projeto Meu Mangue, apoiado pela UNESCO e Rede Globo (Criança Esperança), em Curuçá.

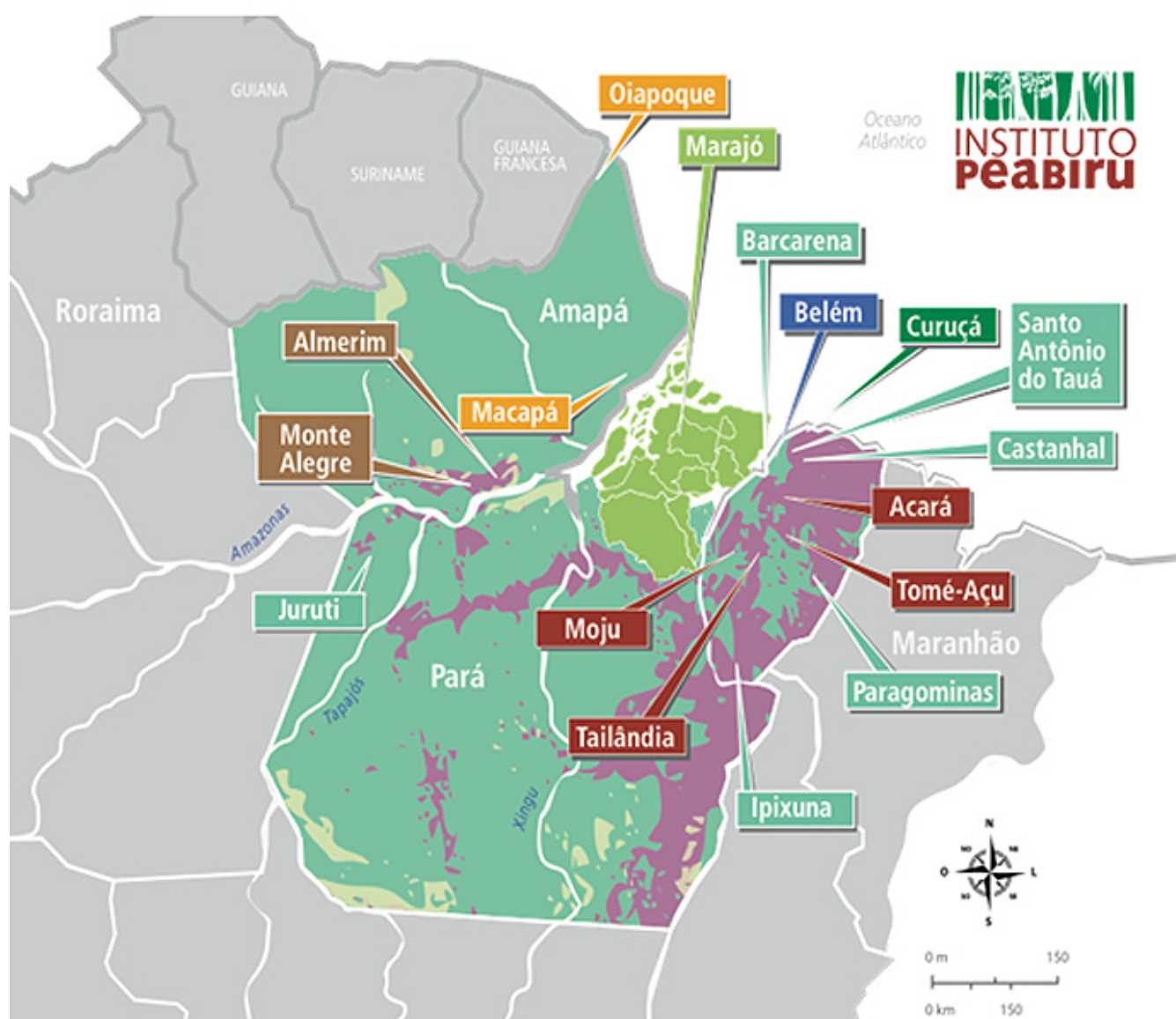
2013 – Instituto Peabiru vence o edital do INCRA para Assistência Técnica Rural a cinco assentamentos agroextrativistas no Marajó.

2013 – Instituto Peabiru, em parceria com CODETEM, Central de Associações do Rio Canaticu e Colônia de Pescadores Z-37, aprova o Projeto Marajó Viva Pesca junto ao Edital do Programa Petrobrás Ambiental, único aprovado no Estado do Pará, para a implementação de Acordos de Pesca junto às comunidades do Rio Canaticu, Curralinho, Marajó.

2014 – Instituto Peabiru realiza novo planejamento estratégico, visando a consolidação das transformações sociais provocadas nos territórios de atuação.

Mapa de Atuação em 2012 e 2013

O mapa abaixo indica os locais em que o Instituto Peabiru desenvolveu iniciativas nos últimos dois anos. Foram atividades de pesquisas socioambientais, levantamentos socioeconômicos, fortalecimento de cadeias de valor etc.



Atuação

Territórios

Conceito de território para
o Instituto Peabiru

Nos últimos anos, o Instituto Peabiru vem consolidando suas atividades em quatro territórios de atuação.

São eles: Marajó, Salgado Paraense, Amapá e Belém Ribeirinha.

Para definir esta divisão, a partir dos locais em que o Instituto Peabiru desenvolve projetos ou mantém iniciativas, foram considerado aspectos citados por teóricos que discutem o conceito de território.

Neste sentido, o Instituto Peabiru levou em consideração, por exemplo, as relações estabelecidas e permeadas entre os atores locais a partir das dimensões políticas, econômicas, culturais e ambientais de cada localidade.

A seguir, veremos como foi a atuação do Instituto Peabiru nos respectivos territórios e quais os desafios que a realidade destas localidades proporcionam tanto para a equipe técnica da instituição quanto para os próprios moradores.



Marajó

A Mesorregião do Marajó (104 mil km²), com 16 municípios do Pará, abrange um território maior do que sete estados brasileiros, superior inclusive a países como Portugal. Apesar de apresentar grande diversidade biológica em seus 48 ecossistemas, menos de 1% é de áreas de proteção integral, menos de 5% é de unidades de uso sustentável e menos

de 25% de seu território tem destinação fundiária definida. Ao mesmo tempo, o delta dos rios Amazonas e Tocantins – que juntos representam $\frac{1}{4}$ das águas de todos os rios do planeta – tornam o Marajó uma das regiões úmidas mais importantes do globo; porém, sem planos de conservação regionais. A falta de estratégias de enfrentamento para as mudanças climáticas agravam a conservação da biodiversidade e as populações ribeirinhas, extremamente vulneráveis.

Desde 2009 o Instituto Peabiru atua na região, uma das mais excluídas do Brasil, uma vez que quatro dos dez piores IDHs do país encontram-se no Marajó.



Evento em Santa Cruz do Arari, no Marajó. Instituto Peabiru apoia a implementação de unidade de conservação no lago Arari, que está com sobrepesca. Equipe técnica fez uma apresentação sobre Reserva Extrativista (Resex) e Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) em debate promovido pela prefeitura local.

Atuação no Marajó

O Instituto Peabiru atua por meio do Programa Viva Marajó (saiba mais em www.peabiru.org.br), que até o ano de 2012 foi financiado pelo Fundo Vale e Vale. Em 2012 e 2013, a atuação se deu através de:

- a) Elaboração do documento de subsídio para a criação da Reserva da Biosfera Amazônia-Marajó, para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA-PA;
- b) Mapeamento das políticas fundiárias, com a produção do Mapa fundiário do Marajó;
- c) Diagnóstico Socioeconômico – Escuta Marajó, seguido de debate nos 16 municípios;
- d) Apoio a atividades do

Colegiado Territorial do Marajó (CODETEM);

- e) Estudos de cadeias de valor de produtos locais;
- f) Realização e exibição do documentário Expedição Viva Marajó;
- g) Realização de encontros regionais e 22 eventos em Belém – Dia do Marajó.

A partir destas ações, em parceria com o CODETEM, o Instituto Peabiru, priorizou quatro frentes principais:

- Projeto Marajó Viva Pesca, vencedor de edital Petrobras Ambiental em 2013 (leia em www.peabiru.org.br/marajovivapesca);
- Assistência Técnica Rural (ATER), vencedor de edital do INCRA em 2013;



Mulheres de Portel na produção da farinha de mandioca. Instituto Peabiru atuou no estudo de cadeias de valor de produtos do Marajó.

- Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) da andiroba e açaí no Marajó, vencedor de edital do PNUD;
- Monitoramento do Impacto do plantio da monocultura do arroz no Marajó.

Desafios

Se ao longo destes anos de atuação no Marajó foi possível aumentar a visibilidade das problemáticas deste Território, tanto para o público paraense como ao poder público federal e estadual, fica claro que as agendas do ordenamento fundiário, das cadeias de valor prioritárias e dos direitos cidadãos, apresentam-se como amplas, complexas e merecedoras de maior atenção. Neste universo nos perguntamos a todo instante –

o que se deve priorizar? Como uma pequena organização da sociedade civil, aliada por meio deste programa – o Viva Marajó – ao movimento social local, à academia e entidades de outras naturezas, pode efetivamente contribuir para a transformação social? Se o propósito é contribuir para a candidatura do Marajó como Reserva da Biosfera, para acordos de pesca, para o manejo de açaí e andiroba ou à assistência técnica rural, quais os reais ganhos – econômicos, ambientais e sociais – desta proposta à população marajoara?

Certamente, nossa maior contribuição é qualificar cientificamente as problemáticas do Marajó e, juntos, refletir sobre o Plano Marajó e as demais políticas públicas para que os marajoaras definam o próprio futuro.

Para o Instituto Peabiru, as agendas do ordenamento fundiário, das cadeias de valor prioritárias e dos direitos cidadãos, são temas que merecem maior atenção no território do Marajó.

Salgado Paraense

O Instituto Peabiru atua nesta região do litoral paraense há nove anos, através do Programa Casa da Virada. Esta é uma das regiões de mais antiga colonização da Amazônia, com baixos índices de IDH, onde mais de 95% da floresta de terra firme desapareceu, onde há forte pressão sobre recursos naturais costeiros (especialmente manguezais) e marinhos, e baixo nível

de atividade econômica. As ações são desenvolvidas a partir do município de Curuçá, especialmente em comunidades rurais no entorno da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá.

Em 2013, o Instituto Peabiru foi novamente selecionado com o projeto Meu Mangue por sua proposta de educação ambiental, continuidade da ação da Casa da Virada, como uma das 103 entidades selecionadas pela UNESCO e Rede Globo para o Criança Esperança. (saiba mais em www.peabiru.org.br)



Jovem de Curuçá em gravação para vídeo documentário da segunda fase do programa Casa da Virada. Educação ambiental foi uma das frentes de atuação do Instituto Peabiru no território.



Criação de abelhas nativas sem ferrão (meliponicultura), foi um dos trabalhos desenvolvidos no território.

Atuação no Salgado Paraense

Em 2012 e 2013, o Instituto Peabiru atuou em quatro frentes neste território como parte do Casa da Virada, fase II - Mata Amazônica Atlântica, financiada pelo edital Petrobras Ambiental, que reúne um conjunto de ações de educação ambiental, desenvolvimento de cadeias de valor e pesquisas científicas na área ambiental, especialmente sobre o impacto em manguezais. Entre as frentes de atuação, destacam-se:

a) Educação ambiental, com professores e alunos da rede pública e usuários da Resex Mãe Grande de Curuçá, com a publicação de um mapa

socioambiental de Curuçá;

b) Meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão) – fortalecimento da Associação dos Meliponicultores de Curuçá (ASMELC) e publicação do Manual de Abelhas Nativas, referência importante para toda a Amazônia;

c) Ecoturismo de base comunitária, desenvolvimento da atividade com a comunidade de Candeua;

d) Pesquisas científicas, especialmente nas áreas de arqueologia, botânica, zoologia (entomofauna, ictiofauna, avifauna, quelônios, pequenos mamíferos, entre outros), visando conhecer o complexo e frágil ambiente costeiro. Entre os resultados estão a identificação de sítios arqueológicos, a

confirmação de um novo tipo de formação florestal (a floresta amazônica atlântica), que já chama atenção da SEMA-PA por sua urgência, a identificação de inúmeras espécies ameaçadas de extinção, como a presença das 5 espécies brasileiras de tartarugas marinhas, além da alta biodiversidade nos manguezais e ambientes associados.

Desafios

Entre as prioridades para os próximos três anos no território estão a colaboração para a efetiva implementação e gestão do conjunto de unidades de conservação do Salgado, com especial atenção para a proteção da mata amazônica atlântica no Salgado como um todo, das mangabeiras em Maracanã e a proteção das tartarugas marinhas. O Instituto

Peabiru também irá monitorar os possíveis impactos sociais, especialmente para as comunidades tradicionais na questão da segurança alimentar e fundiária, dos planos de desenvolvimento econômicos em larga escala e buscar iniciativas para o fortalecimento das organizações de base local em prol da sustentabilidade da pesca artesanal e agricultura familiar.

Fundamental ainda é a realização do diagnóstico socioeconômico do Salgado (o Escuta Salgado), assim como estabelecer um programa de monitoramento de impacto de iniciativas de grande porte, como é o caso da proposta do Super-Porto do Espadarte, para Curuçá e a infraestrutura associada (ferrovias, estradas, hidrovia etc.).

Todas as ações visam, acima de tudo, o fortalecimento das capacidades humanas e a organização social, em prol da maior participação das comunidades locais nos processos decisórios, para influenciar políticas públicas para a região.

Amapá

Desde 2007, o Instituto Peabiru atua em parceria com o Conselho das Associações de Moradores das Comunidades Afro-Descendentes do Estado do Amapá (CCADA) em prol da melhoria da qualidade de vida das comunidades quilombolas do Amapá, especialmente de Macapá, por meio da criação de abelhas nativas sem ferrão (meliponicultura).

A ação do Instituto Peabiru estendeu-se para a Floresta Nacional do Amapá, a convite da Conservação Internacional e, a seguir, para a Terra Indígena Uaça, no Oiapoque, para fortalecer a capacidade das quatro etnias indígenas – Palikur, Karipuna, Galibi Marworno e Galibi Kalinã – a manejar as abelhas nativas, a convite da The Nature Conservancy e FUNAI.

Em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), do Amapá, o Instituto Peabiru realizou um estudo de Diagnóstico do Manejo Florestal Comunitário e Familiar Madeireiro como subsídio à elaboração do Plano Estadual de Manejo Florestal Comunitário do Estado do Amapá na Floresta Estadual do Amapá (FLOTA).



Criação de abelhas nativas é um dos caminhos para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiária das ações desenvolvidas pelo Instituto Peabiru no território do Amapá.

Atuação no Amapá

Entre 2012 e 2013, o Instituto Peabiru apoiou as atividades na região e foi selecionado para o edital do Fundo Amazônia (em fase de contratação), que permitirá consolidar a ação relacionada à meliponicultura nos próximos anos.

Desafios

A primeira prioridade do Instituto Peabiru é fortalecer a posição das comunidades quilombolas nas cadeias de valor da sociobiodiversidade, e sua capacidade de reclamar seus direitos básicos como a demarcação de seus territórios quilombolas e compensatórias ambientais de grandes obras. Em relação aos povos e comunidades

tradicionais em geral, o desafio é o monitoramento dos investimentos de grande porte em infraestrutura (hidrelétricas, estradas etc.) e a expansão do agronegócio (soja, eucalipto e dendê). Preocupa, particularmente, o avanço da soja e do eucalipto no Cerrado do Amapá e a descoberta de petróleo na fronteira da França com o Brasil (do lado da Guiana Francesa) e os possíveis impactos socioambientais na região costeira.

Para o enfrentamento destes desafios, a proposta é a elaboração de diagnóstico socioeconômico e ambiental das áreas quilombolas e de povos e comunidades tradicionais de seu entorno, para estabelecer uma agenda socioambiental comum, voltada ao fortalecimento da organização social.

No território do Amapá, o Instituto Peabiru trabalhará nos próximos anos para fortalecer a discussão a partir da consolidação dos territórios quilombolas; ampliar a criação de abelhas nativas com agricultura familiar; e apoiar iniciativas comunitárias e associativas de recursos pesqueiros.

Belém Ribeirinha

Belém Ribeirinha é o território compreendido pelas mais de 50 ilhas nos rios Guamá e Pará e suas respectivas margens de 7 municípios da Grande Belém (Acará, Barcarena, Belém, Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara e Benevides)¹. Somente em Belém, 40% do território do município é composto por suas ilhas. Fora as ilhas de

Outeiro e Mosqueiro, trata-se de áreas com serviço de transporte fluvial precário, irregular e caro. As ilhas são habitadas por mais de 6 mil famílias de ribeirinhos, moradores ainda fortemente relacionados ao modo de vida tradicional, com baixo acesso a serviços públicos. Somente um terço destas famílias, cerca de 2 mil famílias, estão incluídas em assentamentos agroextrativistas (PAEs) do INCRA.

O Instituto Peabiru tem como prioridade a realização de diagnóstico socioeconômico, o Escuta Belém Ribeirinha, enfocando, principalmente, as questões fundiárias destes grupos, a conservação da biodiversidade, a questão da água e o acesso à energia, e o acesso ao mercado de produtos da sociobiodiversidade, como o açaí, entre outros. A proposta é, juntamente com o MMIB, contribuir para o fortalecimento de organizações locais e de iniciativas como o Fórum das Ilhas.



Integrantes do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB), entidade parceira do Instituto Peabiru no território Belém Ribeirinha

¹ À exceção de Acará e Barcarena, os demais municípios compõem a Região Metropolitana da Belém.

Atuação na Belém Ribeirinha

Nesta região, o Instituto Peabiru atua há quase dez anos, em parceria com a organização de base local “Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém” (MMIB), para estabelecer uma agenda socioambiental, econômica e cultural para as populações ribeirinhas.

Nos anos de 2012 e 2013, MMIB e Instituto Peabiru elaboraram propostas na área de ecoturismo, artesanato, inclusão digital, fortalecimento da cultura e da organização social. Entre as conquistas, em

processo de implementação estão a doação da Energizer de luminárias solares (projeto Um Milhão de Luzes) e da Philips (projeto Ilumine seu jogo), em parceria com o IDEAAS.

Desafios

Entre os maiores desafios está aumentar a visibilidade das demandas socioambientais destes grupos diante do contexto metropolitano, buscar oportunidades de geração de emprego e renda local a partir dos produtos da sociobiodiversidade e fortalecer a organização social local.

O Instituto Peabiru indica como uma das prioridades, a realização de amplo diagnóstico sobre este território, o Escuta Belém Ribeirinha, onde vivem mais de 20 mil ribeirinhos. A maioria não tem segurança fundiária, é precário o acesso a transporte regular, a água potável e saneamento básico, é muito alto o gasto com energia, e há crescente dificuldade de gerar renda.

Temas

Prioritários



Monitoramento de assuntos de interesse

O Instituto Peabiru também trabalha em temas de interesse que não se referem exclusivamente aos territórios de atuação.

O objetivo, em última instância, visa o fortalecimento de comunidades locais por meio de iniciativas que contribuam para melhorar a posição econômica destes grupos em cadeias de valor prioritárias, bem como aumentar a sua capacidade de reivindicar seus direitos básicos.

São temas prioritários:

- Monitoramento dos impactos dos grandes empreendimentos nas populações tradicionais e na agricultura familiar;
- Diagnósticos socioambientais;
- Fortalecimento de cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade;
- Prioridade para a Criança e o Adolescente;
- Energia apropriada.

Monitoramento dos impactos dos grandes empreendimentos nas populações tradicionais e agricultura familiar

O objetivo do Instituto Peabiru é acompanhar os investimentos de grande porte, públicos e privados e sua influência no modo de vida de grupos e comunidades tradicionais. Um dos pontos mais críticos é avaliar de que maneira superar a baixa participação dos grupos locais na discussão sobre estes empreendimentos e, quando for o caso, sua efetiva contribuição às condicionantes dos empreendimentos. Entre as formas de ação propostas estão os diagnósticos socioambientais participativos, a formação de lideranças, as pesquisas científicas que subsidiam a formação de um quadro de referência local e os sistemas de monitoramento de impacto socioeconômico e ambiental.

Em 2012 e 2013, por exemplo, o Instituto Peabiru atuou no território do Marajó monitorando o impacto da monocultura de arroz em Cachoeira do Arari, elaborando

cartas, artigos e acompanhando reuniões, debates e audiências públicas em Belém, Salvaterra e Cachoeira do Arari e nas comunidades locais; no Salgado Paraense, contribuiu com informações científicas para o fortalecimento da capacidade local de debater o impacto socioambiental da proposta de construção do Super-porto do Espadarte, em Curuçá (PA); e no Amapá, acompanhou o impacto da expansão do agronegócio da soja e do eucalipto, especialmente em territórios quilombolas.

A Palma (Dendê)

Desde 2007 o Instituto Peabiru também atuou na questão da palma, graças à parceria com a empresa Agropalma. Entre 2012 e 2013, foi dada continuidade em dois projetos:

a) Indicadores de Sustentabilidade da Agricultura Familiar, no município de Mojú (PA)

Baseado na metodologia de pesquisa-ação-participativa. A partir do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) foi construído, junto com os agricultores familiares produtores de dendê, um

sistema de monitoramento participativo com a criação do Caderno Indicadores de Sustentabilidade. O monitoramento foi realizado por 35 jovens (Pesquisadores Socioambientais - PSAs). O resultado deste monitoramento tornou-se ferramenta para a reflexão da realidade vivenciada, além de contribuir para a formação de lideranças locais. No período 2012-2013 foi finalizado o ano IV e iniciado o ano V do projeto.

Os resultados estão refletidos nas conquistas do grupo, relacionadas à instalação de um sistema de coleta de lixo em duas comunidades, com apoio da empresa Agropalma e Prefeitura Municipal de Moju, bem como à instalação e manutenção de duas

Unidades Demonstrativas de Produção Integrada com base Agroecológica (UD), com o apoio do Programa PREVFOGO, do IBAMA. Conquistou-se também o fortalecimento dos PSAs como atores ativos da transformação social. Atualmente eles ocupam espaços de liderança comunitária na secretaria da Associação local, nos grupos relacionados à Igreja Católica e junto às escolas da região.

b) Agenda 21 Local na Vila dos Palmares, no município de Tailândia (PA)

A Agenda 21 foi utilizada como ferramenta para identificar necessidades, promover o debate entre os atores do poder público, empresas



Jovens que participaram do projeto de formação de Pesquisadores Socioambientais (PSAs), em capacitação de informática

e a população e criar um plano de mobilização da sociedade civil da Vila dos Palmares, resultando no Plano de Desenvolvimento da Vila dos Palmares (PDVP). O PDVP foi apropriado pelas organizações locais e está sendo utilizado como diretriz para o desenvolvimento. Estas duas ações apresentam-se como importantes ferramentas na organização e articulação do movimento social local, visando influenciar políticas locais e

estaduais.

No período 2012-2013, foi feito o monitoramento do Plano de Desenvolvimento da Vila de Palmares e priorizado o apoiar ao processo de regularização fundiária. Esta atividade está centrada na mediação do diálogo entre as organizações locais e o ITERPA, órgão estadual competente para esta atividade.

O Instituto Peabiru realizou convênio com a Petrobras Biocombustível para um marco zero da chegada da empresa em Tailândia (PA), realizando um conjunto de pesquisas científicas, desde o estudo do meio físico, do patrimônio arqueológico a levantamentos preliminares de botânica e da fauna (abelhas nativas, anfíbios, reptéis, aves e pequenos mamíferos) em onze propriedades rurais e seu entorno.



Jovens envolvidos no programa de capacitação de Pesquisadores Socioambientais. O fortalecimento das capacidades humanas locais foi um dos principais resultados obtidos com as iniciativas realizadas pelo Instituto Peabiru em parceria com a Agropalma e comunidades locais.

Diagnósticos socioambientais

Há dez anos o Instituto Peabiru realiza estudos em parceria com empresas e organizações sem fins lucrativos, visando conhecer o impacto de empreendimentos na região. Em 2012 e 2013, o Instituto Peabiru realizou estudos para a empresa Amata, em municípios do Nordeste Paraense (PA), para a Biofílica, no Baixo Tocantins (PA), e para a Fundação Vale e Vale, ao longo da Estrada de Ferro Carajás, no Maranhão.

O destaque é para o projeto REDD+ da Fazenda Maísa, em Mojú (PA), para a Biofílica, uma vez que a proposta é prosseguir com ações locais conjuntas de longo prazo, de fortalecimento da capacidade das comunidades locais para evitar o desmatamento. A

grande inovação da Biofílica é criar valor de serviços ambientais, como a emissão de crédito a partir do desmatamento evitado (REDD+).

Fortalecimento de cadeias de valor de produtos da sociobiodiversidade

Em relação a produtos da sociobiodiversidade, o Instituto Peabiru atua em diferentes frentes, desde contribuir para o mapeamento, de forma participativa, à discussão com os atores das cadeias de valor sobre seus problemas e gargalos, o seu impacto social, ambiental e econômico. Uma das principais prioridades é compreender as condições de vida dos produtores locais da base da cadeia de valor e seu poder de negociação (posição).

Os estudos realizados dentro do tema de fortalecimento de cadeias de valor sempre visam compreender como a cadeia funciona e como melhorar a posição dos grupos e comunidades tradicionais.

Cadeias de valor do açaí e da andiroba

Nos anos de 2012 e 2013, foram realizados trabalhos de discussão dos resultados dos estudos de cadeias de valor do Marajó, em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e, a partir de 2013, com PNUD, MMA, GIZ (Cooperação Técnica Alemã) e outros. No caso do PNUD, trata-se do Projeto de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) do açaí e da andiroba no Marajó, elaborado em parceria com CODETEM e financiado pelo PNUD como parte do acordo com o MMA. No caso do GIZ, recebemos o cooperando Bert Smit que trabalhou a partir do nosso escritório em 2013.

Ecoturismo

No que se refere à cadeia de valor do ecoturismo, nosso foco é o Ecoturismo de Base Comunitária. Esta é uma poderosa ferramenta de mobilização social local, com ganhos para o aprendizado das questões ambientais, sociais e econômicas. No período de 2012 a 2013, foram três ações, todas no Pará:

- a) Como parte do Projeto Almeirim Sustentável, financiado pelo IFT, atuando com comunidades do entorno do Parque Estadual Monte Alegre, em Monte Alegre, e comunidades rurais de Almeirim;
- b) Com a iniciativa “Agentes de Ecoturismo de Monte Alegre”, financiado pela TAM Linhas Aéreas, em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-



Projeto Almeirim Sustentável, com foco no Ecoturismo de Base Comunitária.

PA), que apoiou o protagonismo de mulheres e jovens das comunidades rurais de Ererê e Maxirazinho, no entorno do Parque Estadual Monte Alegre – ressalve-se que o ecoturismo é a única cadeia de valor permitida em unidades de conservação de proteção integral, como é o caso desta unidade –; e

c) O componente de ecoturismo na Casa da Virada, em Curuçá, especificamente as formações iniciais e primeiras atividades na comunidade de Candeuá.

Abelhas Nativas (meliponicultura)

Em primeiro lugar, é preciso compreender que esta cadeia de valor ultrapassa a busca de renda e emprego local. As abelhas estão entre os principais polinizadores da Amazônia e sua presença tem impacto direto para a segurança alimentar, a conservação da biodiversidade e das paisagens

naturais. O Instituto Peabiru prioriza a meliponicultura como ferramenta de fortalecimento das capacidades humanas locais e da organização social. Quanto a ser uma forma de complementar emprego e renda, esta oferece oportunidade a mulheres e jovens, porque pode ser realizada próxima à moradia, nos quintais. Do ponto de vista ambiental, o manejo de uma espécie nativa permite o aprendizado sobre a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, o impacto de mudanças climáticas, a atenção à agricultura sem o uso do fogo e de agrotóxicos. Os projetos demonstram impacto positivo na diminuição de queimadas, controle de desmatamento, poluição da água e disposição do lixo.

O Instituto Peabiru inovou em 2012 e 2013 ao demonstrar os efeitos mensuráveis da meliponicultura sobre a emissão de gases para as mudanças climáticas (REED+). Em 2012 e 2013 o Instituto Peabiru trabalhou com a meliponicultura:

A meliponicultura contribui ao fortalecimento do tecido social local, incentivando o associativismo e a formalização de relações, bem como permitindo maior capacidade de negociação na cadeia de valor.

a) no Projeto Almeirim Sustentável, em Almeirim e Monte Alegre; b) em Curuçá, como parte da Casa da Virada, inclusive com a publicação de um Manual de Criação de Abelhas Nativas, e c) no Amapá, com grupos indígenas e quilombolas, como visto anteriormente. Em parceria com a TV Escola realizamos o documentário Empregos Verdes, junto ao grupo de mulheres de Curuçá, produtoras de mel e cosméticos, divulgado na semana nacional do meio ambiente na Rio+20.

Prioridade para a Criança e o Adolescente

Em 2013, o Instituto Peabiru foi selecionado para apoiar o projeto Selo UNICEF Município Aprovado, da UNICEF, envolvendo indicadores de políticas públicas para crianças e adolescentes nos nove estados

da Amazônia Legal. O trabalho é realizado junto aos governos de estado e às mais de 800 prefeituras da região.

Energia apropriada

A falta de energia elétrica oferecida pelo poder público é um dos grandes problemas enfrentados pelas comunidades rurais isoladas da Amazônia. O problema se agrava nas regiões de ilhas como no Marajó e na Belém Ribeirinha. Em parceria com o IDEAAS foram iniciadas duas ações: a) a distribuição de lanternas solares doadas pela Energizer (projeto Um Milhão de Luzes) para ribeirinhos de Curralinho e das ilhas de Belém (em parceria com o MMIB) (PA) e para os grupos indígenas do Oiapoque (AP), em parceria com a FUNAI; e b) a instalação de dois campos de esportes com iluminação de energia solar, apoiado pela Philips, através do projeto Ilumine seu Jogo.

Em 2013, o Instituto Peabiru, em parceria com o MMIB, verificou que as famílias ribeirinhas gastam, em média, mais de R\$ 200,00 por mês apenas para a manutenção de motores a diesel próprios ou compartilhados e que geram 4 horas diárias de energia para fins básicos.

Informações

Institucionais



Governança e equipe técnica

O Instituto Peabiru tem em sua Assembléia Geral, composta de 17 membros, e que se reúne duas vezes ao ano, seu órgão máximo.

A diretoria, composta por cinco membros executa as políticas institucionais, da qual participa, desde sua fundação, o diretor geral, João Meirelles Filho.

Um conselho fiscal de três membros titulares e três suplentes atua como órgão de acompanhamento.

A equipe é atualmente é composta por 30 colaboradores, sendo 24 funcionários, 3 estagiárias e 3 voluntárias.

Esta composição foi capaz de produzir conhecimento nos últimos dois anos e participar de diversos eventos científicos, públicos ou organizados pela própria equipe.

O Instituto Peabiru também investiu na contratação de mão de obra, visando atingir os objetivos de projetos em execução.

Associados e Conselho Fiscal

Adalberto Wodianer Marcondes
Alberto Guedes
D'Alembert Jaccoud
Edney Martins
Francisco Vila
Gilberto Meirelles Neto
Gilberto Ferreira Cabral
João Meirelles Filho
João Marcos Silveira
José Pedro Meirelles
Léo Sussumo Ota
Leonel Pessoa
Maria José Barney Gonzalez
Maria Luisa Silva
Maria Teresa Meinberg
Richardson Frazão
Rogério Raupp Ruschel
Rui Salles Martins

Conselho Diretor

João Meirelles Filho, diretor geral
Richardson Frazão, tesoureiro
Adalberto Wodianer Marcondes, comunicação
Maria José Barney Gonzalez, gestão do conhecimento
João Marcos Silveira, jurídico

Conselho Fiscal

Titulares

Gilberto Meirelles Neto
Edney Martins
Ana Gabriela Fontoura

Diretoria

João Meirelles Filho, diretor geral
Maria José Barney Gonzalez, diretora de gestão do conhecimento

Equipe técnica de projetos

Manoel Potiguar, gerente do Projeto Marajó Viva Pesca
Vivian Marília da Silva Oliveira, assistente de projetos, Projeto Marajó Viva Pesca
Richardson Ferreira Frazão, coordenador técnico do Programa de Abelhas Nativas
Thiara Fernandes, coordenadora do Projeto ATER Marajó
Rosemiro Rodrigues, técnico de nível superior do Projeto ATER Marajó
Paula Vanessa da Silva e Silva, técnico de nível médio do Projeto ATER Marajó
Ana Rachel de Jesus, técnica de

nível médio do Projeto ATER
Marajó

Ediana Tavares, técnica de nível
médio do Projeto ATER Marajó

Elaine Rodrigues, técnica de nível
médio do Projeto ATER Marajó

Elveson Ferreira, técnico de nível
médio do Projeto ATER Marajó

Gilberto de Oliveira, técnico de
nível médio do Projeto ATER
Marajó

Cláudio Melo - gerente técnico do
projeto Selo UNICEF Município
Aprovado

Jaqueline Almeida - jornalista do
Projeto Selo UNICEF Município
Aprovado (Belém)

Sebastian Roa - jornalista do
Projeto Selo UNICEF Município
Aprovado (Manaus)

Luana Melo - jornalista do Projeto
Selo UNICEF Município Aprovado
(São Luís)

Shirlem Canto - assistente
administrativo do Projeto Selo
UNICEF Município Aprovado

Estagiários

Karlla Zilda Vieira Tavares,
estagiária, projeto ATER

Adriana Lima - estagiária do
Projeto Selo UNICEF Município
Aprovado

Fábio Cadete - estagiário do
Projeto Selo UNICEF Município
Aprovado

Administração e Áreas de apoio

Hermógenes Sá, coordenador de
administração

Maíra Parente, gerente financeira

Francinaldo da Costa Junior,
gerente contábil

Tiago Chaves, analista de
comunicação

Swellen Barbosa, auxiliar
administrativo e técnica em
informática

Simone Mello, assistente
financeira

Rose Carvalho, manutenção

Voluntários

Mariana Buoro

Sarah Slater

Alice Barbosa

O Instituto Peabiru agradece
ainda todos que fizeram parte
da equipe no período de 2012
e 2013 e colaboraram com o
desenvolvimento das atividades
citadas neste relatório.

Comunicação

Em 2012 e 2013, o Instituto Peabiru trabalhou para fortalecer o setor de comunicação com o objetivo de se comunicar melhor com os parceiros e públicos de interesse, como imprensa, empresas e sociedade em geral. Para isso, investiu na produção de peças institucionais, como folder e website e na comunicação em mídias e redes sociais da web (twitter e facebook). O Instituto Peabiru também abriu seleção para contratação de analista de comunicação fixo na sede do Instituto Peabiru, em Belém, para atendimento das demandas de projetos em execução e de atividades institucionais.

Produção de conhecimento

No período de 2012 e 2013, o Instituto Peabiru produziu os seguintes documentos públicos:

- 1 artigo científico
- 1 comunicado
- 3 capítulos de livros
- 1 ensaio
- 2 manuais e cadernos
- 13 mapas
- 3 vídeo-documentários
- 2 outros documentos

Participação em eventos

O Instituto Peabiru participou de três eventos científicos, todos realizados pela própria instituição. Também esteve presente em diversos eventos científicos de terceiros, de audiências públicas, eventos técnicos, seminários etc.

Carta Abertas

Em 2013 o Instituto Peabiru assinou carta aberta assinada durante o I Seminário Áreas Protegidas do escudo das guianas (SAPEG-2013).

Redes e Fóruns

O Instituto Peabiru participa de redes que discutem questões como o investimento social privado, a responsabilidade socioambiental corporativa, o impacto da palma (dendê) e as questões amazônicas em geral. Entre 2012 e 2013 atuou principalmente no Fórum Amazônia Sustentável e participou da agenda da sociedade civil na Rio+20. Sua principal participação foi em redes locais, como a colaboração com o Colegiado Territorial do Marajó (CODETEM).

Trabalhos científicos apoiados

Ao longo de 2012 e 2013, o Instituto Peabiru apoiou três trabalhos de conclusão de curso e uma dissertação de mestrado.

Voluntários

O Instituto Peabiru recebeu quatro voluntários entre 2012 e 2013.

Parcerias

Trabalhar em parceria é essencial para a abordagem do Instituto Peabiru. Entre os principais parceiros estão:

No terceiro setor:

Brazil Foundation, Envolverde, IDEAAS, IEB, Igreja Católica (Diocese de Ponta de Pedras) e Lupa Marajó (Curralinho).

No ensino e pesquisa científica

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), e International Social Studies (ISS), da Erasmus University, Holanda.

Organizações comunitárias

Associação de Moradores do Distrito de Palmares, Associação do Desenvolvimento Comunitário do Ramal Arauaí e da Comunidade de Soledade; Grupo de Pesquisadores Socioambientais, em Tailândia (PA); Movimento de Mulheres

das Ilhas de Belém (MMIB), de Cotijuba, em Belém; Associação de Meliponicultores de Curuçá (ASMELC), Associação dos Moradores de Candéua, Curuçá (PA); Conselho das Associações de Moradores das Comunidades Afro-Descendentes do Estado do Amapá (CCADA), Macapá (AP); Colônia de Pescadores Z-37, Curralinho; Central de Associações do Rio Canaticu (CEAM), em Curralinho (PA); entre outras organizações das regiões em que atuamos. No Marajó atuamos em parceria com a rede Colegiado Territorial do Marajó – CODETEM.

Mobilização de recursos

Para cumprir a sua missão, o Instituto Peabiru realiza regularmente seu planejamento estratégico de mobilização de recursos. No período de 2012 a 2013, houve um grande avanço na participação de equipes para captar recursos, superando iniciativas individuais ou da diretoria, cujo sucesso pode ser comprovado no crescimento e diversificação de fontes da instituição. Outro fator altamente relevante foi a construção de propostas com as organizações de base local associadas, como foi o caso do Marajó Viva Pesca e das iniciativas relacionadas a abelhas

nativas e para a Belém Ribeirinha.

No período, foram elaboradas cinquenta propostas, e 20% delas resultou em contratos. A maior parte dos projetos são de longo prazo e em dimensões médias superiores às praticadas anteriormente. Manteve-se a diversificação de naturezas de fontes dos últimos períodos, com sete grupos (naturezas de fontes) – doações de empresas e fundações empresariais; editais públicos de organizações privadas; convênios com organismos públicos; editais públicos de instituições públicas; editais públicos de cooperação internacional; doações da cooperação internacional; e convênios com organizações sem fins lucrativos.

Observe-se que os resultados da captação do período apontam um financiamento em proporções inéditas da cooperação internacional (PNUD, UNICEF e UNESCO), bem como as grandes dimensões do projeto de assistência técnica rural (ATER) ao INCRA, iniciado em novembro de 2013, por um período de 30 meses.

Os contratos fechados para 2014 e 2015 e aqueles próximos de assinatura sinalizam um forte crescimento, superior a 30% em relação aos anos anteriores, o que resulta do acerto da estratégia de mobilização de recursos.

Entre os principais desafios

está elaborar propostas para garantir a presença permanente da organização nos territórios prioritários e, se possível, ampliar o seu impacto numa estratégia de longo prazo. Igualmente desafiador é:

- a) estabelecer parcerias com organizações congêneres;
- b) fortalecer a capacidade da equipe interna em mobilizar recursos e contar com maior participação dos órgãos colegiados institucionais; e
- c) capacitar as organizações locais para serem as protagonistas da captação e gestão de recursos e parcerias para seus territórios.

Em 2012 e 2013, os financiadores foram em:

Organizações da sociedade civil

Instituto Floresta Tropical (IFT) e IDEAAS

Empresas públicas

PETROBRAS (Edital Petrobras Ambiental 2013)

Empresas privadas/institutos de empresas

AGROPALMA SA, BIOFILICA Ltda., Fundação VALE, Sambazon, TAM Linhas Aéreas, Veev (EUA)

Órgãos públicos

INCRA, Instituto Estadual de
Florestas do Amapá (IEF)

Cooperação internacional

UNICEF, UNESCO (Criança Esperança
- UNESCO e Rede Globo) e PNUD:

Demonstrativos financeiros

Custo fixo anual

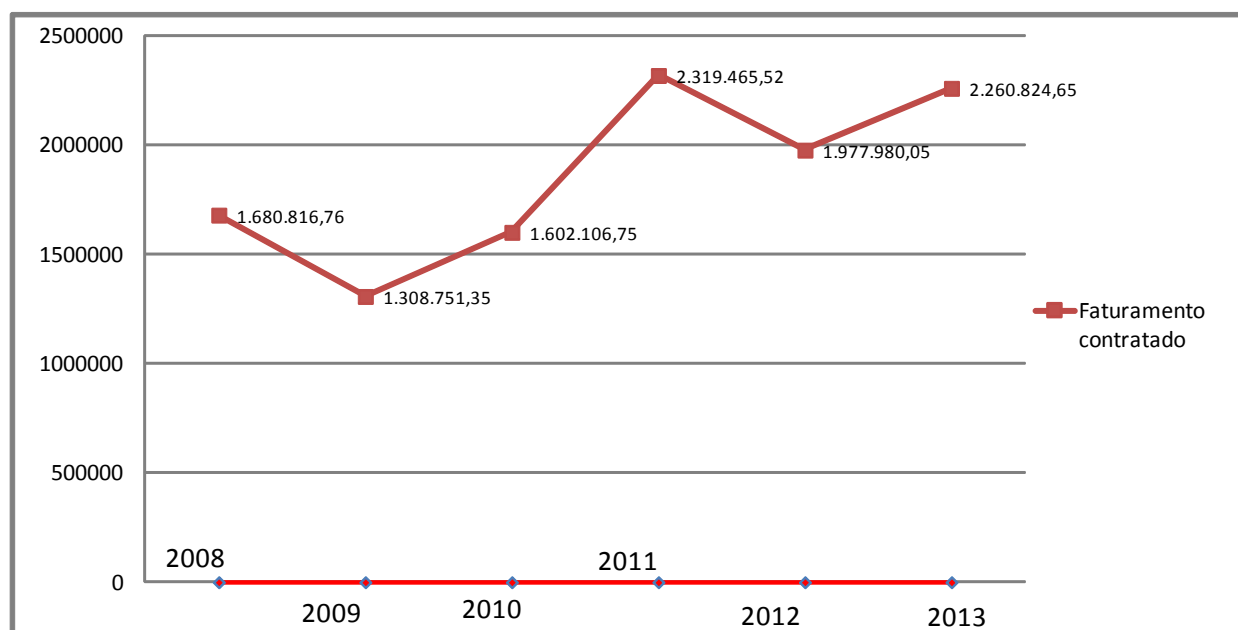
cerca de R\$ 2 milhões

Custo mensal médio

(abaixo, sem o 13º e férias)

Categoria	Valor
Salário	76.713,00
Encargo e Benefícios	31.671,11
Consultores Colaboradores	20.900,00
Despesas Administrativas	10.003,84
Outras Despesas	7.783,35
Total	147.071,30

Desempenho financeiro – 2008 – 2013





Rua Ó de Almeida 1083
66053-190 Reduto Belém Pará
F 55 91 3222 6000
peabiru@peabiru.org.br
www.peabiru.org.br

Créditos

Coordenação e edição

João Meirelles Filho

Texto e diagramação

Tiago Chaves

Revisão

Mariana Buoro

Arte de capa

Mapinguari Design

Fotos

Rafael Araújo

Acervo Instituto Peabiru